

Política fiscal do interior

Miguel Cadilhe, para o Expresso, 09 05 2018

Não sou oriundo do interior, não vivo no interior, mas reconheço que o interior, com razão, nos interpela severamente. E deixa embaraçado o reformismo, que é um dos parentes mais nobres da política. Penso que a política fiscal tem no interior um grande papel a desempenhar e, por isso, com gosto, aceitei o convite do Movimento pelo Interior para formular uma proposta. Entreguei-a em fins do ano passado. São sete sugestões. Ouvi depois especialistas de fora do Movimento, a quem agradeço os contributos. Em geral, as opiniões recolhidas são bastante concordantes com as ideias iniciais, houve apenas alguns conselhos no sentido de atenuar a intensidade das medidas.

Comecei por inventariar os instrumentos fiscais, existentes e vigentes. Escolhi alguns, poucos, e submeti-os a esta condição: passarem a ser discriminantes ou exclusivos a favor do interior. Deste modo, não alterei a estrutura conceptual dos impostos nem a arquitectura do sistema fiscal. Somente redistribuí os benefícios fiscais escolhidos e, portanto, a carga fiscal. O interior merece que usemos políticas redistributivas, de que o OE é o principal braço.

O Movimento revê-se num certo radicalismo de medidas. Compreende-se, é um aviso contra as banalidades do costume e a prática política das vãs grãs promessas, de que o interior é tantas vezes alvo e de que o novíssimo IRC 12,5% é paradigmático. Radicalismo, pois. E por que não? Não precisa o Estado de ser mais selectivo nos benefícios, a fim de reduzir a “despesa fiscal”? Não será o interior um bom motivo de selectividade? Todos sabemos, há aqui uma espécie de círculo vicioso, outros dirão virtuoso, porque no litoral é que há massa crítica, há intangibilidades de todo o tipo, há toda a panóplia de serviços de investigação, ensino, saúde, cultura, transportes, etc, há ainda o chamado efeito difusor. Logo, o litoral é que pode atrair preciosos investimentos, nacionais e estrangeiros, logo o litoral fica mais litoral e mais difusor e o interior fica mais interior. O que as sete

sugestões fiscais vêm dizer é que, de futuro, uma empresa pode sempre investir no litoral, e muito bem, mas fá-lo-á sem obter a confluência de benefícios fiscais do interior.

Agora, virão as apreciações de vários lados. Virão, sobretudo, perguntar pelos fundamentos estatísticos e os estudos de impacto. Quanto ao impacto, o Movimento não pôde contar com uma equipa técnica, paga para o efeito, mas direi que a sensibilidade das empresas e das finanças públicas também releva e essa esteve bem presente. O Governo tem meios que o Movimento não tem e pode, a seu tempo, quantificar impactos. Quanto às estatísticas, fiz delas a laboração possível, apenas esbarrei em duas ou três inacessibilidades. Por exemplo, não encontrei a repartição, entre interior e litoral, dos contratos de investimento celebrados pelo Estado, o que evidenciaria a concentração no litoral.

Admiti na nota que entreguei ao Movimento, em 28 XII, que as sete sugestões fiscais iriam levantar polémica. Se o Movimento não provocar controvérsia não será movimento. Sobre as ideias do Movimento, em geral, e as sugestões fiscais, em particular, muitos tecerão matematismos. Muitos verão a queda do investimento empresarial, nacional e estrangeiro. Uns dirão que são pelo interior, mas acham demasiado, receiam pelo todo nacional. Outros dirão o contrário, que afinal as medidas são insuficientes, ineficazes e dispersas. Já vi de uns e de outros, por certo irei ver de alguns mais, todos serão bem vindos mas depois de lerem o relatório final, integral, do Movimento, disponível a partir de 18 de Maio . Também vi falácias. Como aquela que alegava melhorias da convergência regional, porque Portugal continental reduzira as diferenças de PIB *per capita* entre regiões... A falácia reside em esquecermos o “efeito denominador” do PIB *per capita*. Ou seja, a população, o despovoamento. No limite, e em certas condições de rendimento e demografia, um território do interior pode ver-se na triste situação de perder a maior parte da sua gente, subindo porém ao topo do PIB *per capita*. Não é só teoria. Nuns 50 anos, a população portuguesa cresceu 20%, mas no interior diminuiu 30%.

